

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1571769 - RS (2019/0258367-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : EDUARDO MARIOTTI - RS025672
GABRIELA VITIELLO WINK - RS054018
MARCELO GOMES DE FARIA - DF025395
POTIGUARA WEBBER GONÇALVES - RS083448
AGRAVADO : FATIMA REGINA DA ROSA
AGRAVADO : MANOEL MARTINS
ADVOGADOS : ANDRE LUIZ TORRIANI BUSNELLO - RS075061
JOÃO GUILHERME DALMAS - RS098884
INTERES. : SDU - SOCIEDADE DE DESENVOLVIMENTO URBANO
LTDA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. AÇÃO COMINATÓRIA. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NÃO CONFIGURADA. 2. DETERMINAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E IMPOSIÇÃO DE MULTA PECUNIÁRIA NO CASO DE DESCUMPRIMENTO. REDUÇÃO DO VALOR DAS *ASTREINTES*. *QUANTUM* FIXADO DENTRO DA PROPORCIONALIDADE DE ACORDO COM AS PECULIARIDADES DO CASO. SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. Consoante análise dos autos, a alegação de violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 não se sustenta, uma vez que o Tribunal de origem examinou, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial na medida necessária para o deslinde da controvérsia, ainda que em sentido contrário à pretensão do recorrente.

2. O Tribunal de origem manteve o valor das *astreintes* como forma de garantir a efetividade do julgado, estando a quantia dentro do patamar utilizado em casos semelhantes. Não verificada a desproporcionalidade alegada, a redução das *astreintes*, após o arbitramento efetuado pela Corte local com base nas peculiaridades do caso, encontra óbice no enunciado n. 7 da Súmula desta Casa.

3. Agravo interno improvido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Impedida a Sra. Ministra Nancy Andrighi.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de março de 2020 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator